



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

**TERMO**  
**DE RESPOSTA AO PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO: 774/2022/ALFA/SUPEL/RO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0037.280204/2021-30**

**OBJETO:** Registro de preço para eventual e futura aquisição de **máquinas, equipamentos e acessórios de musculação** (Espaldar, Esteira ergométrica, Bicicleta ergométrica, Aparelho Simulador de Remo Seco Indoor Air Rower, Máquina Glúteo Vertical, Elíptico, Crossover, Supino reto fixo, Bíceps Scott, Máquina bíceps, Peck deck voador e outros) visando a implementação de academias de musculação nas unidades de segurança pública que compõe a SESDEC-RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

A Superintendência Estadual de Licitações – SUPEL, por intermédio de sua Pregoeira, designada por força das disposições contidas na Portaria N.º 186/CI/SUPEL, publicada no DOE do dia 18 de novembro de 2022, vem neste ato responder ao pedido de esclarecimento enviado por e-mail por empresa interessada.

**I – DA ADMISSIBILIDADE**

Em 06/02/2022, foi recebido através do e-mail [alfa.supelro@gmail.com](mailto:alfa.supelro@gmail.com), pedido de impugnação formulado por empresa interessada, regendo a licitação as disposições da Lei Federal nº. 10.520/02, dos Decretos Estaduais nº. 26.182/2021, com a Lei Federal nº. 8.666/93 com a Lei Estadual nº 2414/2011 e com a Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, e demais legislações vigentes onde as mesmas contemplam aspectos relativos ao procedimento e prazos efetivos para a tutela pretendida.

O prazo e a forma do pedido de esclarecimento ao edital, bem como a legitimidade do impugnante estão orientados no art. 24 do Decreto Estadual nº. 26.182/2021, e no item 4 do Edital do Pregão Eletrônico epigrafado.

Em síntese, respectivamente quanto às normas aqui citadas, o prazo é de até 3 dias (úteis) que anteceder a data fixada para abertura da sessão, neste caso marcada para o dia 09/02/2022, portanto consideramos a mesma **INTEMPESTIVA**

**II -DO MÉRITO.**

**Ressalta esta comissão de licitação que seu pedido de Impugnação se encontra tempestivo conforme disposto no subitem 3 do edital, senão vejamos:**

"3.1. Até 03 (três) dias úteis que anteceder a abertura da sessão pública, qualquer cidadão e licitante poderá IMPUGNAR o instrumento convocatório deste PREGÃO ELETRÔNICO, conforme art. 24 do Decreto Estadual nº 26.182, DE 24 DE JUNHO DE 2021, devendo o licitante mencionar o número do pregão, o ano e o número do processo licitatório, manifestando-se PREFERENCIALMENTE via e-mail: alfa.supelro@gmail.com (ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado pelo(a) Pregoeiro(a) e/ou equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, pelo telefone (069) 3212-9264 [...]"

Dito isto, a referida licitante teria até o dia 03/02/2022, para encaminhar seu pedido de impugnação, vez que sua abertura é dia 09/02/2022. Lembro ainda que a mesma pode incorrer sob pena de preclusão de seus direitos. Atentar-se assim nas próximas participações quanto ao prazos disposto em Edital.

### **III – DOS QUESTIONAMENTOS:**

Visto que o pedido referem-se a questionamentos direcionados ao termo de referência, o processo administrativo fora encaminhado ao a Secretaria demandante para provimento da resposta, obtendo o seguinte retorno:

#### **a) EMPRESA 01**

**01. Certificado de Regularidade válido do fabricante do produto ofertado no Cadastro Técnico Federal (CTF) conforme enquadramento da Instrução Normativa do IBAMA nº06 de 15 de março de 2013.**

**02- Laudo de ensaio de resistência à corrosão por exposição de nevoa salina de no mínimo 2.000 horas (duas mil horas), atendendo à norma ABNT 8094/1983, sem presença de em polamento conforme a NBR 5841:2015 e sem corrosão conforme a NBR 4628-3:2015, em nome da fabricante;**

**RESPOSTA :** Cumpre-nos observar, que o Termo de Referência (0034578166) traz, nos itens "**05. da garantia**" e "**20. da sustentabilidade social e ambiental**", as informações pertinentes aos pedidos feitos.

...

#### **5. DA GARANTIA**

...

5.2. Todos os equipamentos adquiridos deverão possuir garantia contra defeitos de fabricação e de instalação de, no mínimo, 12 (doze) meses, salvo quando os fabricantes oferecerem tempo maior, quando valerá esse prazo mais longo, a contar da data da assinatura do termo de recebimento definitivo dos bens.

...

...

5.5. O serviço de assistência técnica deverá ser prestado mediante manutenção preventiva e corretiva, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas dos fabricantes, durante o prazo de garantia, com a finalidade de manter os bens em perfeitas condições de uso.

5.6. Entende-se por manutenção preventiva, para os fins a que se destina este termo de referência, aquelas revisões periódicas, recomendadas pelo fabricante, destinadas à verificação regular e completa de todos os circuitos e peças, para o correto funcionamento dos equipamentos e

conservação.

5.7. Entende-se por manutenção corretiva, aquela destinada a remover os defeitos de fabricação apresentados pelos bens, compreendendo substituições de peças, ajustes, reparos e correções necessárias.

...

## 20. DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

20.1. **É de total responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos;**

20.2. A CONTRATADA deverá tomar todos os cuidados necessários para que não decorra qualquer degradação ao meio ambiente;

20.3. A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto desta licitação;

20.4. A CONTRATADA deverá cumprir as orientações dispostas no Decreto nº 21.264/2016 e Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, no que couber.

Inferese assim que, torna-se desnecessário inserir **especificamente** as normas sugeridas pela requerente visto que o conteúdo descrito em Termo de Referência abrange também aquelas duas. Vide item 20.1, onde define total responsabilidade da contratada o cumprimento das **normas ambientais vigentes**, considerando que as normas indicadas encontram-se em vigência.

As exigências apontadas pela impugnante como requisitos de obrigatoriedade, comprometem veementemente o caráter competitivo do certame, uma vez estando direcionando a participação de apenas empresas **fabricantes** incorrendo em improbidade ao restringir a participação de empresas que apenas revendem os produtos.

Neste sentido o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo proferiu sentença recente:

[...]

2.3. Nessa conformidade, observo que restou confirmada na instrução a irregularidade que fundamentou a paralisação do certame, [...].

2.4. Além disso, na linha destacada pelo Ministério Público de Contas, observo que a exigência de certificado e ensaio de produtos em nome do fabricante, impõe recomendação à Prefeitura para que também sejam aceitos documentos da espécie em nome da empresa revendedora, sob pena de restringir a participação no certame, com a exigência de documento de terceiro alheio à disputa. [n.n.].

Portanto, o licitante que atender aos itens supracitados possui condições de participar do certame.

Limitado ao exposto, externamos votos de estima e consideração, e colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

**Andreya de Oliveira Lima**  
Respondendo pela Gerência de Convênio

**Felipe Cândido da Silva**  
Assessor V

### III - DA DECISÃO

Ante o exposto, decido conhecer o esclarecimento e no mérito dar **IMPROCEDENTE**, tendo em vista as razões esposadas pelo setor competente SESDEC.

Em decorrência dos esclarecimentos realizados, dê ciência ao peticionante, via e-mail, através do campo de avisos do Sistema Comprasnet e do sítio oficial desta SUPEL.

**CAMILA CAROLINE ROCHA PERES**  
Pregoeira Equipe ALFA/SUPEL



Documento assinado eletronicamente por **Camila Caroline Rocha Peres, Pregoeiro(a)**, em 08/02/2023, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0035694435** e o código CRC **C7AEBE08**.

**Referência:** Caso responda este(a) Termo, indicar expressamente o Processo nº 0037.280204/2021-30

SEI nº 0035694435